



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO
DE CELEBRADO EM 29.06.2015, ENTRE O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
CEARÁ E A DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ, VISANDO A
PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS DA DPGE NO
DIÁRIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.
(PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 8508209-
24.2017.8.06.0000).*

AD1/CV N.º 174/2015

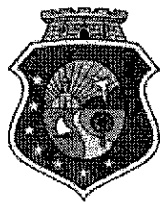
Por este instrumento, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, doravante denominado simplesmente TJCE, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Cambé em Fortaleza – Ce, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 09.444.530/0001-01, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador FRANCISCO GLADYSON PONTES doravante denominado TJCE, e a **DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ**, situada na Rua Av. Pinto Bandeira, nº 1111, Bairro Luciano Cavalcante, Fortaleza/CE, neste ato representada pela Exma. DEFENSORA PÚBLICA-GERAL, DRA. MARIANA LOBO BOTELHO DE ALBUQUERQUE, doravante denominada **DPGE**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio firmado em 29/07/2015, atendidas as cláusulas e condições adiante enunciadas.

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

Fundamenta-se o presente Instrumento:

- a) na manifestação da DPGE, por meio do Ofício nº 694/2017/DPGE/GAB, datado de 12.05.2017;
- b) nas disposições contidas nos artigos 57, inciso II; 65, § 8º, c/c o art. 116, todos da Lei nº 8.666/93, com as suas posteriores atualizações;
- c) no Parecer da Consultoria Jurídica da Presidência, datado de 22/06/2017, devidamente aprovado pelo Exmo. Sr. Des. Presidente do TJCE.

Cláusula Segunda – Do Objeto



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do convênio que tem por objetivo regulamentar os termos e condições para que o TJCE publique, em seu Diário da Justiça, os atos judiciais e administrativo da DPGE, por 02 (dois) anos, a partir de 29/06/2017.

Cláusula Terceira – Do Reajuste

De acordo com a Cláusula Sexta do Convênio, fica reajustado o valor mensal do convênio em 9,3217%, passando de R\$ 5.418,52 (cinco mil, quatrocentos e dezoito reais e cinquenta e dois centavos), que para **R\$ 5.923,62 (cinco mil, novecentos e vinte e três reais e sessenta e dois centavos)**, índice referente à variação do IPC-A de jun/2015 a maio/2016, retroativamente a junho de 2016.

Ainda por este aditivo fica reajustado o valor mensal do convênio em 3,59713%, passando de R\$ 5.923,62 (cinco mil, novecentos e vinte e três reais e sessenta e dois centavos), para os atuais **R\$ 6.136,70 (seis mil, cento e trinta e seis reais e setenta centavos)** índice referente à variação do IPC-A de jun/2016 a maio/2017.

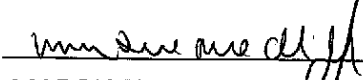
Cláusula Quarta – Da Ratificação

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato original que não colidirem com as cláusulas ajustadas no presente Termo.

E, por se encontrarem os partícipes de perfeito acordo com as condições e cláusulas sobrecitadas, assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Fortaleza, 29 de junho de 2017.


DESEMBARGADOR FRANCISCO GLADYSON PONTES
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ


MARIANA LOBO BOTELHO DE ALBUQUERQUE
DENFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO

Testemunhas: _____